



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

BETHÂNIA GOMES DIAS OLIVEIRA

ENEM 2018 – Censura ao Pajubá e Epistemologias em Conflito.

Brasília – DF
Outubro de 2021

BETHÂNIA GOMES DIAS OLIVEIRA

ENEM 2018 - Censura ao Pajubá e Epistemologias em Conflito.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba

Brasília – DF, 31 de outubro de 2021

RESUMO: Este artigo discute como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pode ser uma referência para perceber as batalhas epistemológicas travadas pelos movimentos negros no interior da educação brasileira. Utilizo o trabalho de Nilma Lino Gomes para fundamentar a descrição da trajetória dos movimentos negros no Brasil, que se anunciam como um “movimento negro educador”. Em seguida trato sobre a formulação e execução da lei 10.639/03, dialogando com trabalhos que observam o ENEM para discutir as transformações e permanências sobre a questão racial ao longo de suas edições. Por fim, procuro analisar como a polêmica em torno da edição de 2018 do ENEM, fomentada pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro, representa as estratégias de uma epistemologia colonial, e projeta novos desafios à realização de uma educação plural e democrática.

ABSTRACT: This article discusses how the National Secondary Education Examination (ENEM) can be a reference to understand the epistemological battles waged by black movements within Brazilian education. I'm performing the work of Nilma Lino Gomes to support the description of the trajectory of black movements in Brazil, which advertise themselves as an “educator black movement”. Then I deal with the formulation and execution of Law 10.639/03, dialoguing with works that observe the ENEM to discuss the transformations and permanences on the racial issue throughout its editions. Finally, I try to analyze how the controversy surrounding the 2018 edition of ENEM, fostered by the current president Jair Messias Bolsonaro, represents the strategies of a colonial epistemology, and projects new challenges to the realization of a plural and democratic education.

Palavras-chave: ENEM, Pajubá, Movimento Negro Educador

Keywords: ENEM, Pajubá, Educator black movement.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio, inaugurado em 1998, tinha como objetivo central diagnosticar a qualidade do ensino básico brasileiro e ao longo dos anos ganhou popularidade, ocupando um novo patamar e tornando-se a partir de 2009 porta de entrada para boa parte das universidades públicas no país. Edição após edição, houve a expectativa de que a prova demonstrasse em seu texto os reflexos de mudanças sensíveis no cenário político e social brasileiro e mundial, como o andamento de políticas públicas voltadas à educação, mudança de currículos e debates travados na sociedade civil¹.

É nesse contexto que pretendo abordar como a extensa luta do movimento negro educador² provocou mudanças fundamentais na área educacional, através de denúncias que revelaram as bases epistêmicas que sustentavam o racismo no ambiente acadêmico, construindo saberes específicos e combativos direcionados à um novo projeto de educação e de sociedade. Debruçar-se sobre a história deste movimento é importante para o entendimento de conquistas no âmbito legal - legislações que se propõem a combater o racismo estrutural, a exemplo da Lei 7.716/89³, Lei 10639/03⁴, Lei 11645/08⁵, Lei 12.288/10⁶, Lei 12.711/12⁷ e 12.990/14⁸.

¹ MOREIRA, Márcio De Araújo et al. **A lei nº 10.639/2003, o Enem e a reforma do ensino médio**. Anais COPRECIS... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31539>>.

² Segundo Gomes o movimento negro brasileiro tem papel de “educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (GOMES, 2020, p. 14).

³ LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm

⁴ LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

⁵ LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

⁶ LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm.

A lei 10.639/03 aqui é tida como central para debater a questão das guerras epistemológicas que se travam no interior da educação brasileira por quem defende um projeto de ensino e currículo que não seja apenas inclusivo, mas verdadeiramente questionador do racismo epistêmico, contra uma estrutura hegemônica que se sustenta em pilares de suposta “neutralidade e universalidade”⁹. Esse projeto representa um plano de epistemicídio¹⁰. Busca-se, através do aporte teórico, tratar da historicidade do debate em torno dessa lei e de sua implementação, observando os desafios que se levantaram, vitórias logradas, demandas remanescentes e novas questões que se revelaram ao longo desse processo.

Finalmente, debatido os percalços na implementação do ensino de História da África e Afro-brasileira, pretendo me debruçar sobre o fenômeno antidemocrático que se refaz no Brasil, e se lança diretamente contra liberdade de cátedra, a educação libertadora e o conhecimento formulado no interior das lutas contra o fascismo, sexismo, LGBTfobia e racismo. Este fenômeno foi representado no ano de 2018 quando o atual presidente Jair Messias Bolsonaro polemizou em uma entrevista de televisão, ao contestar se a questão do ENEM 2018 que abordava o dialeto Pajubá era pertinente para a prova, e exigiu que o exame cobrasse “conhecimentos úteis”. A partir da análise de discurso proposta por Grada Kilomba, proponho um debate que visa desvelar as bases argumentativas da fala do entrevistado, que está amparada por movimentos/projetos de lei antidemocráticos como o Escola Sem Partido, trazendo a atual necessidade de se racializar o debate em torno do ensino básico.

⁷ LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

⁸ LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014, reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm.

⁹ Entendo que existem guerras epistemológicas inseridas no contexto da educação brasileira pois os conhecimentos que a compõem estão em constante disputa, e refletem desacordos, violências e estratégias coletivas de resistência das partes envolvidas. Nessa pesquisa busquei representar o conflito entre os movimentos negros em diálogo com outros movimentos sociais e movimentos reacionários respaldados pela figura do atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

¹⁰ “A invalidação de práticas, modos de ser, idiomas e saberes dos povos sob dominação europeia configurou uma forma de refutar a legitimidade de cosmovisões africanas e de povos nativos, taxadas como bárbaras e primitivas, constituindo, desse modo, o que se tem denominado epistemicídio.” (SANTOS; PINTO; CHIRINEA, 2018, p. 954).

Além disso, comento a relação entre esses eventos e novas polêmicas levantadas em torno das edições seguintes do ENEM (2019 e 2020), que confirmam um projeto colonialista de desmonte das vitórias decorrentes do processo, longe de ser concluído, de implementação da legislação 10639/03.

Bloco 1: Raça como uma categoria política

Para o entendimento das atuais guerras epistemológicas travadas pelo Movimento Negro brasileiro¹¹ na área da educação, é básico que se conheça as origens e fundamentos dessa luta, afinal, a discussão que culminou em 2003 na implementação da legislação 10.639/03, que modificou o currículo da educação básica, instigando diversas transformações dentro e fora das salas de aula não surgiu ao acaso, mas remonta debates antigos e, portanto, possui uma historicidade.

A história do movimento negro brasileiro demonstra como a luta por emancipação produz conhecimentos específicos. Nilma Lino Gomes (2020) expressa por meio do seu trabalho as potencialidades epistemológicas do “movimento negro educador”, que para além de um movimento social, se constitui como sujeito político e sujeito de conhecimento, produtor e articulador de saberes, através da contestação do conhecimento científico hegemônico e elaboração de novas narrativas, conceitos e metodologias. Segundo a autora, o Movimento Negro “elegeu o campo da educação como importante espaço-tempo passível de intervenção e emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista” (GOMES, 2020, p. 25).

A história da diáspora africana em terras brasileiras narrada por pessoas negras se ergue como elemento central para o entendimento das relações sociais fundamentadas no racismo estrutural (GOMES, 2020). No que diz respeito às elaborações sobre o racismo epistêmico protagonizadas pela população negra, é importante recuperar iniciativas coletivas que datam desde o pós-abolição, no intuito de

¹¹ Segundo Gomes, o Movimento Negro consiste nas “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, da valorização e afirmação da história e cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade” (GOMES, 2020, p. 23-24).

reverter a condição de exclusão racial associada à exclusão intelectual¹². A imprensa negra paulista, no final do século XIX e início do século XX foi responsável por politizar e formular conhecimentos direcionados à população negra, tensionando com o movimento contemporâneo de produção do racismo científico e teorias eugenistas disseminadas no Brasil. Nos anos 30 a Frente Negra Brasileira desenvolveu, apesar das suas controvérsias, uma articulação política plural e expressiva do povo negro e foi responsável por pensar a necessidade de integração das pessoas negras na sociedade; O Teatro Experimental do Negro (1944-1968) também formulou um espaço de discussão e reivindicação de direito à educação, além de possibilitar que pessoas negras através da arte tomassem posse da significação da sua própria narrativa (GOMES, 2020).

O trabalho de Gomes considera a relevância desses e outros exemplos de organização coletiva da população negra, mas dá destaque especial à transformação que se deu a partir da década de 80 no discurso do movimento negro referente ao uso da categoria raça. Segundo ela, até esse período havia a tendência de um discurso mais universalista. A mudança ocorreu através do entendimento do próprio movimento de que as políticas de caráter universal vigentes não atendiam às demandas específicas da população negra. No final da década de 70, ainda sob regime militar, o Brasil assistiu o levante da população negra que se organizou como entidade de caráter nacional - O Movimento Negro Unificado (MNU) - que foi importante para o desenvolvimento de vários(as) intelectuais negros(as) e conquistas na esfera legal nos anos que se seguiram, já no período da redemocratização e formulação da “constituição cidadã de 88”. (GOMES, 2020).

Na carta de princípios do MNU são pautadas demandas que simbolizavam uma mudança sensível no teor das reivindicações, marcadas por um movimento de denúncia e reinterpretação da história do Brasil:

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembleia Nacional, CONVENCIDOS da existência de: [...] colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial [...] RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por: reavaliação da cultura

¹² SALES, Alcígledes de Jesus; PASSO, José Jovino Reis. EDUCAÇÃO UMA QUESTÃO DE COR: A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL. Meu Artigo. Disponível em: <https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm>.

negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção. (CARTA DE PRINCÍPIOS MNU, julho de 1978).

Nilma Lino Gomes afirma que, naquele momento, as ações afirmativas, que “não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas” (GOMES, 2020, p. 33)

Entre a segunda metade da década de 90 e início dos anos 2000 o Brasil foi palco de ações e transformações profundas em torno da discussão sobre o combate ao racismo. Gomes (2020) destaca a importância da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” no dia 20 de novembro de 1995, em que o movimento negro se organizou de forma eloquente, entregando para o presidente da república da época, Fernando Henrique Cardoso, o Programa Para a Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-racial. Outros avanços históricos relatados pela autora foram o reconhecimento feito pelo Estado Brasileiro a nível internacional da existência do racismo institucional em 2001, na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, evento em que o movimento negro brasileiro foi protagonista em sua organização e desenvolvimento.

Toda essa trajetória de luta protagonizada por pessoas negras em diáspora foi marcada pela constante produção de diversos saberes próprios. Ações particulares se convergiram em ações coletivas de proporções cada vez maiores, tornando possível resultados inéditos e transformadores, especialmente através das ações afirmativas voltadas ao campo da educação, que serão discutidas a seguir.

BLOCO 2 - A EFETIVIDADE DA 10639 NO ENEM

Recuperada a trajetória do movimento negro brasileiro e seu significado epistemológico, importa neste bloco tratar das suas estratégias voltadas diretamente para mudanças no sistema educacional. O aprofundamento da “politização da raça”¹³ nas ações do movimento negro a partir dos anos 2000, segundo Gomes (2020) provocou

¹³ “Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial” (GOMES, 2020, p. 22).

mudanças estruturais no Estado. Já foram desenvolvidos diversos trabalhos com o propósito de descrever a história e as implicações das legislações sobre ações afirmativas no Brasil - em especial a lei 10639/03, a qual pretendo evidenciar. Gomes afirma que os movimentos negros tiveram papel central para promulgação e efetivação das ações afirmativas. Dentro dos trabalhos citados, pesquisadores utilizaram como fonte o Exame Nacional do Ensino Médio para investigar a efetividade da aplicação da 10.639/03 na educação básica.

A lei 10639/03, aprovada em 2003 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tornou obrigatório o ensino de História afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio. Segundo Gomes (2020), sua promulgação foi precedida pela organização do movimento negro no âmbito acadêmico, a exemplo da fundação em 2000 da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A ABPN teve o papel de “reunir pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente um lugar de reconhecimento das experiências sociais do Movimento Negro” (GOMES, 2020, p. 35). A partir disso é possível inferir que havia um reconhecimento coletivo de que a academia produzia invalidação não apenas da pessoa negra, mas do conhecimento por ela produzido no sentido de discutir suas próprias demandas, assunto que será tratado adiante.

Conforme apontado por Lino Gomes, a promulgação da legislação supracitada demonstrou o início de um processo, ainda que limitado, do uso da categoria raça pelo Estado de maneira ressignificada, em concordância com as interpretações desenvolvidas ao longo de décadas pelos movimentos negros. A efetivação das leis de ações afirmativas significa o reconhecimento de uma urgência pelas mudanças no sistema educacional e na sociedade para a superação do racismo (ALMEIDA, SANCHEZ, 2016). Apesar disso, a autora destaca que “o processo de implementação de tais leis e políticas nem sempre correspondem à radicalidade emancipatória das reivindicações que o originaram” (GOMES, 2020, p. 36).

É importante salientar que a partir da aprovação da lei 10.639/03 continuou a mobilização dos movimentos negros brasileiros, que teve por consequência a instauração de entidades e legislações que se articulavam em direção ao cumprimento

da lei, como a fundação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009)” - e a Lei 12.288/10 que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial (GOMES, 2020).

Entre os trabalhos que analisaremos a seguir, voltados para analisar amplamente as avaliações do ENEM - com diferentes recortes temporais - percebe-se em alguma medida críticas à forma como a lei foi colocada em prática. Avanços são observados em relação às primeiras edições, mas também é mencionada a lentidão na incorporação quantitativa e qualitativa de conteúdos sobre a população afro-brasileira, africana e relações raciais. Outros trabalhos ainda destacam de forma detalhada problemas ao longo das várias edições da prova, em questões que reproduzem os mesmos estereótipos e ideias apontadas em 1978 pelo MNU.

A importância de se observar na avaliação do ENEM a confirmação dos conteúdos previstos na lei 10639/03 se dá devido ao status que gradualmente adquiriu ao longo dos anos. Se em 1998, ano de sua fundação, o exame se propunha um instrumento para que o Estado avaliasse a qualidade da educação brasileira, a partir de 2009 até os dias atuais este se colocou como principal porta de entrada para instituições de ensino superior públicas e privadas em todo o país.

O ENEM deve ser compreendido em sua configuração política, que potencializa estratégias e proporciona debates que podem ser utilizados para a superação de preconceitos e a valorização de contribuições políticas e culturais de segmentos até agora pouco reconhecidos da sociedade brasileira. (Senra, Moreira e Santos, 2017, p. 1009)

Ainda sobre a relevância da avaliação como meio de transformação social e combate ao racismo, Moreira, Senra e Magdaleno afirmam que:

Pela importância social e educacional que o ENEM possui na atualidade, as questões de suas provas acabam por criar tendências que colaboram para a adequação da grade curricular das disciplinas das Ciências Humanas e a reformulação de livros didáticos, que passam a valorizar a contribuição do negro. (Moreira; Senra; Magdaleno, 2017, p.4)

Entre as críticas tecidas nessa linha de pesquisa, pretendo destacar algumas análises importantes. No primeiro trabalho pesquisado, o exercício de observação das avaliações resultou em conclusões graves e tornou possível afirmar que entre os anos de

2003 e 2011 “assuntos sobre a população negra no Brasil foram praticamente ignorados” (Moreira, Senra, Magdaleno, 2017, p.4), sendo retomados de uma melhor forma a partir de 2011 quando foi criada uma comissão para vistoriar o Banco Nacional de Itens (BNI). Dialogando com esses apontamentos, Senra, Moreira e Santos (2017) mencionam a ausência de questões referentes à história da África e da população negra até o ano da promulgação da 10639/03, e após a lei entrar em vigor, as seguintes edições apresentam questões que contemplavam apenas o problema da população negra decorrente da condição de escravidão e do pós-abolição. O assunto da escravidão negra no Brasil, segundo Almeida e Sanchez (2016), possui problemas pela falta de aprofundamento no papel da violência e racismo nas relações escravistas e resistência das pessoas escravizadas.

Outros pontos destacados nessas investigações precisam ser levantados para perceber a dificuldade na implementação de conteúdos que não apenas falassem sobre a questão racial, mas adotassem uma perspectiva crítica e transformadora. A grande quantidade de itens que tratam de conflitos raciais fora do Brasil nas provas de inglês em comparação ao restante da prova é um fenômeno observado por Almeida e Sanchez (2016) como reforço à ideia de democracia racial no nosso país, assinalada a ênfase dada às mobilizações a nível internacional em detrimento das mobilizações nacionais. No mesmo trabalho, ainda é discutida a prevalência de questões que abordam de forma positiva a História da África e Afro-brasileira no eixo cultural, ao passo que não há protagonismo deste conteúdo em outras áreas como a política, ciência e economia.

Diante desses estudos observados, foi possível constatar que assim como já se afirmou que o currículo não é um texto neutro¹⁴, a prova do ENEM também não é. É uma avaliação que reproduz em seu texto o cenário das relações raciais no Brasil, em que se observam diversos interesses sendo negociados, privilegiados e suprimidos. O ENEM também serve como fonte de análise das disputas epistemológicas travadas no âmbito educacional pois empreende o resultado das reivindicações protagonizadas pelos movimentos negros, especialmente a promulgação da lei 10639/03, e demonstra

¹⁴ “o currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico” (JESUS, 2008, p. 2641).

permanências silenciosas que traduzem a continuidade de um pensamento colonizado¹⁵ na educação brasileira.

Bloco 3: ENEM 2018 – Entre o “Mito” e mais Mitos

No desenvolvimento deste trabalho já foi falado sobre como a educação foi apropriada pelos movimentos negros como uma significativa área de atuação, visando o combate ao racismo e a transformação da realidade social brasileira, através do questionamento de fundamentos epistemológicos dominantes ligados à colonialidade. As ações e resultados protagonizados pelos movimentos negros estão acompanhados de um movimento quase sincrônico de reação e oposição das categorias de representação hegemônica. Gomes (2020) marca o ano de 2016, em que ocorreu um ‘golpe de Estado disfarçado de *impeachment*’ como fatídico para que se começasse um processo de desmonte de políticas sociais e transversais. A autora expõe que os Governos Federais anteriores ao golpe (Lula e Dilma) tentaram cumprir os acordos desenvolvidos com o movimento negro de transformar suas reivindicações em políticas de Estado, apesar de desafios e limitações.

A afirmação da autora é confirmada tendo em vista fatos como a desarticulação e extinção da SEPPIR¹⁶ no final de 2015 seguido da reforma do ensino médio, que se deu a partir da lei nº 13415/17 no governo Temer, e que foi efetivada no governo Bolsonaro. A aprovação da referida legislação faz parte de um processo em que a fragilidade da democracia brasileira se acentuou ainda mais. Sobre esse momento Gomes comenta:

Dessa irregularidade política e jurídica, assumiu o Poder Executivo um governo considerado ilegítimo, que passou a implementar, em articulação com a ala conservadora do Congresso Nacional, uma série de retrocessos nas políticas sociais e nos direitos trabalhistas conquistados pela população brasileira desde o século XX. O país passou a viver tempos duros de realinhamento da política capitalista e neoliberal, apoiado pela grande mídia, empresários, ruralistas e setores do judiciário. A esse

¹⁵ A ideia de um pensamento colonizado dentro da educação tem sido combatida pois “Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar” (KILOMBA, 2019, p. 5).

¹⁶ CUT. Nilma Lino ataca o golpe e critica o fim da Seppir. CUT Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/esse-golpe-tem-como-destinatario-principal-as-politicas-sociais-emancipatorias-13fd>.

processo nomeamos Golpe de Estado: Parlamentar, midiático, jurídico, de classe, gênero, raça, e com uma orientação heteronormativa (GOMES, 2020, p. 16).

O movimento antidemocrático que se instaura de maneira profunda desde o golpe de 2016, traz em seu bojo duas reformas já aprovadas - Previdenciária e trabalhista - que se deram sem considerar a garantia de direitos de diversos setores da sociedade¹⁷. Tais reformas não tiveram como consequência apenas prejuízos materiais à população no que diz respeito ao poder de compra, mas também relacionados à saúde e à educação. Existem outras duas reformas em andamento - tributária e administrativa, com grandes possibilidades de serem aprovadas pelo Congresso Nacional¹⁸. O “Novo Ensino Médio” é mais uma reforma que em conjunto com as demais demonstra que o ataque não é só ao serviço público, ao bolso e à aposentadoria da população brasileira, é também um ataque ideológico explícito ao direito à uma educação pública, de qualidade, democrática em que atuam os movimentos negros¹⁹.

Pretendo, portanto, estabelecer a relação entre o movimento recente de desmonte da democracia brasileira e o ataque à movimentos sociais como os movimentos negros na área educacional, amparada pelo trabalho riquíssimo de Grada Kilomba em *Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano* (2020).

As eleições de 2018 marcaram a transição de um governo federal golpista para um governo federal sustentado pelo antipetismo, discurso neoliberal e neofascista, no ataque aos movimentos sociais e nas fake news²⁰. Esses pilares que sustentaram a campanha de Jair Messias Bolsonaro e seu atual governo já foram denunciados pelas esquerdas e movimentos ‘progressistas’. No entanto, considero importante discutir o projeto de desmonte da educação brasileira que se desenha atualmente através da crítica à colonialidade.

¹⁷ LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.

¹⁸ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm).

¹⁹ Santos, Emily. Novo ensino médio: entenda o que deve mudar a partir de 2022. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/10/10/novo-ensino-medio-entenda-o-que-deve-mudar-a-partir-de-2022.ghtml>.

²⁰ Sobre a definição de Fake News no contexto brasileiro, ver: Lorens, Evandro. Artigo: Fake news e desinformação: uma ameaça à democracia. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/04/4917137-artigo-fake-news-e-desinformacao-uma-ameaca-a-democracia.html>.

Confirmado o resultado da eleição presidencial de 2018, Jair Bolsonaro prestou entrevista ao jornalista e ex-apoiador José Luiz Datena, no programa Cidade Alerta, veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão²¹, na qual foi pauta da suposta doutrinação ideológica em um dos itens da edição do ENEM do mesmo ano, sobre o Pajubá²²:

Questão 31

“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto”
utilizado por gays e travestis

Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por
travestis e ganhou a comunidade

“Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acué,
deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu
as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja
alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays
e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes
vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas
o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de
falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende,
né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o Aurélia, a
escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra,
palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu,
pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda
na época do Brasil colonial.

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha status de
linguístico, especialmente por

A) ter mais de mil palavras conhecidas.

B) ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.

²¹ BRASIL URGENTE. Datena entrevista o presidente eleito Jair Bolsonaro. Youtube, 5 de novembro, 2018; Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GaZkVYEXyJ8&t=646s>>.

²² “O pajubá tem origem na fusão de termos da língua portuguesa com termos extraídos dos grupos étnico-linguísticos nagô e iorubá — que chegaram ao Brasil com os africanos escravizados originários da África Ocidental — e reproduzidos nas práticas de religiões afro-brasileiras. Os terreiros de candomblé sempre foram espaços de acolhimento para as minorias, incluindo a comunidade LGBTQ+, que passou a adaptar os termos africanos em outros contextos.” Reif, Laura. Conheça as Raízes Históricas e de Resistência do Pajubá, o dialeto LGBTQ. Revista Trip, 2019. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/conheca-as-raizes-historicas-e-de-resistencia-do-pajuba-o-dialeto-lgbt>.

- C) ser consolidado por objetos formais de registro.
- D) ser utilizado por advogados em situações formais.
- E) ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

Os conhecidos discursos inflamados do ex-deputado, naquele momento possuíam uma maior dimensão tendo em vista que as ideias ali propostas se colocavam como projeto do futuro governo. Através da leitura de Kilomba (2020) é possível analisar a entrevista para flagrar um discurso colonial que reafirmou um pensamento racista e LGBTfóbico em diversas passagens, pautado em dispositivos de silenciamento epistêmico datados de séculos, que certamente ecoaram na mentalidade colonizada da grande parte da população brasileira.

É importante destacar que os argumentos defendidos por Bolsonaro naquele momento já se articulavam e adquiriam adesão na sociedade civil através da agenda de movimentos antidemocráticos como o Escola Sem Partido (ESP)²³. A ligação entre a família Bolsonaro e este movimento é descrito no trabalho de Nailah Veleci (2017). Segundo a autora, o movimento foi fundado em 2004 e dez anos depois ganhou visibilidade, sendo abraçado pela família Bolsonaro, tornando-se projeto de lei no contexto de aprovação do Plano Nacional da Educação (2014-2024). Veleci ainda destaca que movimentos contrários ao ESP o classificam como um projeto que defende a censura, e entende que este se constrói como obstáculo para o pleno cumprimento da lei 10639/03.

Na entrevista, Bolsonaro responde sobre ‘o que o incomodou na prova do ENEM 2018’:

"Olha, a qualidade do que é cobrado dos alunos. Por exemplo, dizem que eu tenho implicância com o pessoal LGBT. Não tenho implicância nenhuma [...], mas, uma questão de prova que entra na... na dialética... na linguagem secreta de gays e travestis... não tem nada a ver. Não mede conhecimento nenhum [...]. Temos que realmente fazer com que o ENEM cobre conhecimentos úteis que interessem à sociedade”.

²³ “O Movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004 pelo procurador de estado de São Paulo, Miguel Nagib. Insatisfeito com uma analogia feita pelo professor de sua filha que comparou Che Guevara a São Francisco de Assis para exemplificar pessoas que abriam mão de tudo por uma ideologia, o procurador escreveu uma carta à escola e aos outros pais reclamando e não obteve apoio nenhum, inconformado criou um site para denúncias de “doutrinação de esquerda” dos professores” (VELECI, 2017, p. 65).

Em seguida, em resposta ao entrevistador sobre o suposto interesse em “extinguir esse tipo de coisa do ensino brasileiro”, Bolsonaro complementa:

“Não... Ninguém quer acabar... Continua o ENEM, mas você tem que cobrar ali aquilo que realmente tem a ver com a História do Brasil, tem a ver com a nossa cultura, e não com a questão específica LGBT [...] A reclamação é geral, é todo mundo, não é minha apenas, tomei conhecimento e parece que é uma supervalorização por parte de quem nasceu assim ou tem esse comportamento”.

Mais à frente Datena pergunta sobre como serão tratadas as ‘questões identitárias’ pelo governo eleito, e como foi de praxe em suas declarações à época, Bolsonaro delegou responsabilidade total ao ‘futuro ministro da educação’ e afirmou que o projeto de educação do seu governo pretendia formar “um bom profissional, um bom patrão, um bom empregado, um bom liberal”. Mais à frente ele diz:

“Não queremos ficar divagando sobre questões menores, isso daí a sociedade por si só vai se arrumando e busca uma saída, não podemos supervalorizar as questões de minorias. Eu não quero entrar nessa discussão, apenas o meu Ministério da Educação não tratará de assuntos dessa forma. Tratará sim de assuntos que interessem [...] sobre a nossa história, nossa cultura, e não questões particulares de minorias”.

Partindo do documento normativo que define “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”²⁴, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o conhecimento articulado através da questão sobre o Pajubá encontra respaldo:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BNCC, p. 67-68)

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira (BNCC, p. 70).

²⁴ O documento da Base Nacional Comum Curricular encontra-se disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Parece-me adequado, portanto, aprofundar o olhar sob os ataques em forma de opinião tecidos contra a educação brasileira durante essa entrevista, para apanhar os pilares que sustentaram aqueles argumentos, e entender a consequência contra o projeto de educação defendido historicamente pelos movimentos negros no Brasil. Questões diversas se levantaram: Qual a régua que mede o conhecimento? O que é um “conhecimento útil que interessa a sociedade”? E qual o sentido que se dá a questões 'identitárias' ou de 'minorias'?

3. 1: A régua que mede o conhecimento

Diante da leitura do livro *Memórias da Plantação* (2020), uma das questões levantadas por Grada Kilomba é a “máscara do silenciamento”, fazendo alusão à máscara com mordida, instrumento de tortura simbólico da escravidão colonial, que impedia a pessoa escravizada de comer os produtos alimentícios que (supostamente) pertenciam ao senhor branco.²⁵

O silenciamento é um dos carros-chefes do racismo na contemporaneidade, e configura-se como uma violência colonial tal qual a referida máscara. Bolsonaro representa em seu discurso um desejo atual da branquitude de tutelar e se apossar da boca, da fala e do sujeito que se coloca no referido enunciado. O Pajubá se estabelece como um conjunto de expressões compartilhadas por uma comunidade que se localiza fora da heteronormatividade e da cisgeneridade. Importa assinalar que a identidade de gênero travesti se construiu dentro de espaços periféricos e não-brancos no Brasil, e as palavras articuladas dentro da comunidade possuem origem africana.

Sendo assim, é possível interpretar que Bolsonaro reproduz a necessidade branca de silenciar o conhecimento referente às pessoas racializadas e dissidentes do seu entendimento de orientação sexual e identidade de gênero. Nesse contexto, o silenciamento articulado por Bolsonaro simboliza a máscara e o ENEM simboliza o alimento. Bolsonaro e seus apoiadores remontam um cenário colonial quando se apossam da prova que não ajudaram a construir, silenciando aqueles e aquelas que entendem não ter direito de se pronunciar, mesmo sendo essas pessoas e protagonistas dos conhecimentos estudados na educação básica. Também evocam senhorio e

²⁵ (KILOMBA, 2020, p. 34).

pertencimento à história e cultura brasileira enquanto promovem a exclusão da categoria das 'minorias', que em sua mentalidade, não podem pertencer ao coletivo nem possuir coisa alguma.

A respeito do desejo de silenciamento colonizador representado pela fala de Bolsonaro, Kilomba explica:

Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/o terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. [...] Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2019, p.41).

Bolsonaro reforça que seu incômodo é coletivo, e de fato é, pois está escorado em ideais impregnados na história do Brasil, como o mito da democracia racial e apagamento das múltiplas identidades de gênero e de orientação sexual que formam nossa sociedade. Questões do ENEM como a que traz a temática do pajubá são indigestas para a branquitude, representada na figura de Bolsonaro, pois revelam a existência de sujeitos que foram intencionalmente marginalizados na História. A “régua” que mede a suposta desimportância em conhecer a diversidade da sociedade brasileira e sua linguagem pretende, portanto, reafirmar a grandeza de um conhecimento central e hegemônico e a pequenez de um conhecimento marginal e descartável.

3.2 A utilidade do conhecimento

A defesa da ideia de que o ENEM deve conter “conhecimentos úteis que interessam a sociedade” trazida por Bolsonaro na entrevista à Datena chama atenção, justamente por levantar o pressuposto de que o conhecimento deve servir a algum propósito, ou a alguém. Durante o subcapítulo “conhecimento e o mito do universal”, Kilomba (2019) narra um exercício que ela propõe em suas aulas, que consiste em indagar aos seus alunos questões gerais sobre a colonização e em seguida perguntar questões mais “específicas” - a respeito de pessoas racializadas - para expor a ligação entre poder racial e conhecimento. Kilomba constata: “Esse exercício nos permite

visualizar e compreender como conceito de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial (KILOMBA, 2019, p. 50).

Em diálogo com a autora, entendo que a ideia de utilidade do conhecimento defendida por Bolsonaro aspira uma prova com conteúdos que sirvam ao propósito de reforçar um poder hegemônico e branco, que reproduz uma “História Única”, conceito proposto por Chimamanda Ngozi (2019). Kilomba (2019) expõe o espaço acadêmico revelando a sua não neutralidade, pois os discursos construídos em seu interior constroem formalmente a marginalização de ‘outras/os’, colocadas/os em subordinação ao ‘sujeito branco’, e produzem a violência inscrita numa ordem colonial. Dentro dessa ordem, Bolsonaro reflete em seu discurso sua própria branquitude, ao definir o ‘conhecimento útil’ que deduz a existência de um ‘conhecimento inútil’.

Através das palavras de Kilomba pode-se entender que os argumentos defendidos na entrevista aqui analisada permitem que:

[...] o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (KILOMBA, 2019, p.51-52).

O projeto de ENEM, de educação e de sociedade defendido por Bolsonaro na entrevista depende necessariamente de uma dinâmica sustentadora das relações coloniais, o epistemicídio²⁶, que esvazia de sentido ou elimina definitivamente conhecimentos percebidos nessa estrutura no lugar de ‘outridade’²⁷. Observo que a fala de Bolsonaro tem tom de denúncia, e faz parecer que as ‘minorias’ se apossaram do texto da avaliação, no entanto o segundo bloco deste trabalho já expôs a persistência de uma narrativa hegemônica ao longo das edições, e mudanças importantes, mas tímidas, nos conteúdos trabalhados. Dentro da visão epistemicida defendida pelo entrevistado, conteúdos que não alimentam a hegemonia colonial e a supremacia branca, por ele representada, recebem uma “supervalorização” - mesmo que representem uma parcela

²⁶ “Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental”. Garighan, Gregorie. Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano. Jornal UFRGS, 2021. Disponível em: ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/.

²⁷ “[...] o *sujeito negro* torna-se não apenas a/o ‘Outra/o’ - o diferente, em relação ao qual o ‘eu’ da pessoa *branca* é medido -, mas também ‘Outridade’ – a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do *sujeito branco*” (KILOMBA, 2019, p. 37-38).

mínima diante da totalidade das provas - e não podem estar no centro do ENEM, nem na margem, devem estar externos, ocultos, mortos.

3.3 O Conhecimento que interessa

Em uma passagem da entrevista observada, Bolsonaro defende que o Ministério da Educação em seu governo trataria de assuntos que, em seu entendimento, interessavam à ‘nossa história, nossa cultura’, e não questões ‘particulares’, de ‘minorias’. Kilomba traduz esse fenômeno ao argumentar sobre a “inadequação do academicismo dominante em relacionar-se não apenas com *sujeitos* marginalizados, mas também com nossas experiências, discursos e teorizações” (KILOMBA, 2019, p.58).

Durante seu trabalho, a autora busca dismantlar três mitos que sustentam a ordem colonial - da universalidade, da objetividade e da neutralidade - contestando o academicismo branco e buscando, em suas palavras, descolonizar o conhecimento. Kilomba (2019) refere-se à academia branca - e eu estendo à categoria da branquitude como um todo - ao argumentar que quando estas/es:

defendem possuir um discurso neutro e objetivo, não percebem que também escrevem a partir de um lugar específico, que não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. Em outras palavras, a branquitude se constrói pela negação de si mesma como o “outro” de alguém para garantir a manutenção do seu próprio poder (KILOMBA, 2019, p.58).

Ao revelar o desinteresse do seu projeto de governo em tratar de questões alheias ao seu entendimento de Brasil e cultura, Bolsonaro reproduz uma ideia de que os conhecimentos insubmissos articulados por ‘minorias’ são um embargo para toda a população, e não podem ser ensinados ou aprendidos. Para ele não cabe, portanto, considerar os embargos gerados pela exclusão das categorias historicamente marginalizadas, que lutam por uma educação plural e livre do jugo colonial.

No decorrer do Governo Bolsonaro, o projeto de desmonte da educação ganha novos contornos, cada vez mais nefastos. As polêmicas que se levantaram nas duas últimas edições do ENEM se combinam ao conjunto dos diversos retrocessos propostos por essa gestão, e vão desde a supressão e distorção de conteúdos sobre a Ditadura

Militar de 1964 na edição de 2019 - defendida pelo então ministro Abraham Weintraub, que elogiou a prova por não ser “ideológica”²⁸ - até a divulgação de um gabarito racista na edição de 2020 - situação em que a alternativa correta de uma questão de inglês tratava a postura de uma mulher negra de não alisar os cabelos como “imaturidade”, e outra questão tratava da associação de pessoas negras à fichas criminais no processo seletivo de uma faculdade britânica e considerava a “linguagem” como consequência do fenômeno, não o “preconceito”.²⁹

Esses eventos provocaram reações de indignação de várias pessoas - especialmente pessoas negras - que percebem o caráter do redirecionamento ideológico da avaliação. Ao olhar a tendência das últimas provas, partilho da crítica incisiva de Kilomba: “Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador” (KILOMBA, 2019, p. 65).

Não se pode esquecer que durante todo esse processo, os movimentos sociais, especialmente os movimentos negros, não estiveram passivos e silenciosos diante desses problemas, e seguem denunciando as intenções contidas nas estratégias autoritárias e racistas do governo Bolsonaro contra a educação brasileira. A importância das lutas protagonizadas pelo movimento negro neste contexto se revela pois mesmo que pautem centralmente a questão racial, constroem conhecimentos que estendem benefícios à toda a sociedade (GOMES, 2020).

Considerações Finais

Brasil, meu denço

A Mangueira chegou

Com versos que o livro apagou

Desde 1500

Tem mais invasão do que descobrimento

Tem sangue retinto pisado

²⁸ Martins, Patrícia. WEINTRAUB: ENEM 2019 NÃO ABORDOU DITADURA, POIS TEMA “NÃO ESTÁ PACIFICADO”. Congresso em Foco. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/weintraub-enem-2019-nao-abordou-ditadura-pois-tema-nao-esta-pacificado/>.

²⁹ Oliveira, Isabel. Inep retifica gabaritos e altera duas questões racistas do ENEM 2020. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2021/01/4903221-inep-retifica-gabaritos-e-altera-duas-questoes-racistas-do-enem-2020.html>.

Atrás do herói emoldurado

Mulheres, tamoios, mulatos

Eu quero um país que não está no retrato.³⁰

Expor o contexto de guerras epistemológicas travadas no interior de uma ordem colonial surge de uma necessidade, a necessidade de que essa ordem seja superada. Para que seja superada, é imperativo que seja reconhecida, tirada da invisibilidade que é construída pelas categorias dominantes, para que se torne tangível. Os aportes teóricos foram selecionados na medida em que auxiliam o trabalho em revelar a identidade das epistemologias em jogo.

Dialogando com Gomes (2020), considero necessário expor os perigos à educação brasileira de um novo Estado de exceção, não apenas pela denúncia propriamente dita, mas para lembrar da importância dos movimentos negros na luta por uma sociedade democrática, combativa às mazelas sociais causadas pelo racismo, o sexismo, a LGBTfobia e pela política neoliberal.

Concluo este trabalho recuperando as palavras de Grada Kilomba, que nos lembra que “a opressão forma as condições de resistência” (KILOMBA, 2019, p. 69). Portanto, reconhecer a luta dos movimentos negros, suas dinâmicas e os conhecimentos construídos a partir de suas trajetórias tem tornado possível desvelar, ainda que arduamente, os discursos hegemônicos na educação brasileira.

³⁰ HISTÓRIA para ninar gente grande. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Manu da Cuica e Danilo Firmino. Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019.

Fontes:

CARTA DE PRINCIPIOS MNU, julho de 1978 - Disponível em: <https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>.

BRASIL URGENTE. Datena entrevista o presidente eleito Jair Bolsonaro. Youtube, 5 de novembro, 2018; Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GaZkVYEXyJ8&t=646s>>.

Referências Bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 5ª reimpressão, 2020.

JESUS, Adriana Regina de. Currículo e educação: conceitos e questões no contexto educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 8., 2008. Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira - 1.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOREIRA, Márcio de Araújo; SENRA, Alvaro de Oliveira; MAGDALENO, Fabiano Soares. A LEI Nº 10.639/2003, O ENEM E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Lívia Pizauro. ENEM: FERRAMENTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 – COMPETÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?. In: Educação em Revista, Belo Horizonte, 2016.

MOREIRA, Márcio De Araújo et al. A lei nº 10.639/2003, o enem e a reforma do ensino médio. Anais COPRECIS... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31539>>.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINEA, Andréia Melanda. A Lei 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates. Educação e Realidade Edição eletrônica, v. 43, p. 949-967, 2018.

SALES, Alcíglades de Jesus; PASSO, José Jovino Reis. EDUCAÇÃO UMA QUESTÃO DE COR: A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS NEGROS NO BRASIL. Meu Artigo. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm>.

SENRA, A. O.; MOREIRA, M. A.; Santos, C Maria. *ÁFRICA, BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES NO ENEM: A LEI Nº 10.639/2003*. Ensaio. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, p. 992-1013, 2017.

VELECI, Nailah Neves. *Cadê Oxum no espelho constitucional?: os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro*. 2017. 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.